



269

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

**APELAÇÃO Nº 0001600-05.2006.8.17.0420 (0338629-2)**

**APELANTE:** Ivanildo José da Silva

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. Euclydes Ribeiro de Moura Filho

**EMENTA:** PENAL. APELAÇÃO. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 302, CTB). TRÊS VÍTIMAS (CONCURSO FORMAL) RECURSO DA DEFESA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PROVAS TESTEMUNHAL E PERICIAL QUE SE COMPLETAM. ACUSADO DIRIGIA SOB EFEITO DE ÁLCOOL E EM VELOCIDADE EXCESSIVA. IMPRUDÊNCIA. CULPA DEMONSTRADA. CONDENAÇÃO MANTIDA. PENA CUMULATIVA. SUSPENSÃO DA HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULO AUTOMOTOR. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. IMPOSIÇÃO LEGAL. PRAZO. DESPROPORCIONALIDADE EM RELAÇÃO À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. OFENSA AO ART. 293 DO CTB. REDIMENSIONAMENTO. PROVIDÊNCIA TOMADA DE OFÍCIO.

1. Impossível acolher o pleito absolutório se os elementos de prova revelam que o agente, motorista profissional, deixou de observar o dever objetivo de cuidado, demonstrando imprudência ao conduzir veículo automotor sob efeito de álcool e em velocidade incompatível com a via, dando causa ao sinistro que culminou com a morte de três das quatro das vítimas atingidas.
2. O art. 302 da Lei nº 9.503/2007 (Código de Trânsito Brasileiro), afora a pena privativa de liberdade, impõe como punição cumulativa a suspensão do direito obter habilitação para dirigir veículo automotor, razão pela qual, tratando-se de determinação legal, não pode o juiz sentenciante deixar de aplicá-la.
3. O prazo da pena cumulativa - suspensão do direito de dirigir veículo automotor - deve guardar proporcionalidade com a pena privativa de liberdade, observados os limites fixados no art. 293, *caput*, do CTB, impondo-se seu redimensionamento quando



270

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

constatado que a fixação pelo mesmo prazo da sanção corporal afronta o disposto no referido dispositivo legal.

4. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso, porém, também por decisão unânime, de ofício, foi redimensionado o prazo da pena cumulativa de suspensão do direito de dirigir veículo automotor.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação nº 0001600-05.2006.8.17.0420 (0338629-2), em que figuram como partes as acima mencionadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por decisão unânime, em negar provimento ao recurso defensivo, redimensionando-se, de ofício, o prazo da pena cumulativa de suspensão do direito de dirigir veículo automotor, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 19 de Julho de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**APELAÇÃO Nº 0001600-05.2006.8.17.0420 (0338629-2)**

**APELANTE:** Ivanildo José da Silva

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de apelação interposto por **Ivanildo José da Silva**, contra a sentença de fls. 200/223v, proferida pela Exma. Sra. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Camaragibe, que o condenou por infração ao art. 302, parágrafo único, incisos II, III e IV, do Código de Transito Brasileiro (Lei nº 9.503/2007 ) c/c art. 70 do Código Penal (homicídio culposo na condução de veículo automotor em concurso formal –três vítimas), sendo-lhe a aplicada a pena de 07 (sete) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de detenção, em regime inicial semiaberto, substituída por duas penas restritivas de direitos: prestação pecuniária, no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) e prestação de serviços à comunidade. Além disso, decretou a suspensão da habilitação do réu para dirigir veículo automotor pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade.

Nas razões de fls. 229/238, a Defesa requer a absolvição, sustentando a tese de insuficiência de provas acerca da concorrência de culpa do apelante para o evento danoso. Alega, em síntese, que a embriaguez do acusado, o excesso de velocidade e o fato de ter supostamente avançado sob a calçada não restaram comprovados nos autos.

Alternativamente, pede a exclusão da sanção cumulativa de suspensão do direito de dirigir veículo automotor, sob o fundamento de que o apelante, que é motorista profissional, não pode ficar impedido de desempenhar seu ofício.

Às fls. 254/256, o *Parquet* ofereceu contrarrazões, pugnando pelo improvimento do recurso.

A douta Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho, às fls. 259/260, opinou pelo improvimento do apelo defensivo.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

**É o relatório.** Dispensado Revisor, nos termos do art. 610, *caput*, do CPP<sup>1</sup>, **inclua-se o feito em pauta para julgamento.**

Recife 06 de agosto 2014.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator

---

<sup>1</sup> Art. 610. (...) nas apelações interpostas das sentenças em processo de contravenção ou de crime a que a lei comine pena de detenção, os autos irão imediatamente com vista ao procurador-geral pelo prazo de cinco dias, e, em seguida, passarão, por igual prazo, ao relator, que pedirá designação de dia para o julgamento.



271

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**APELAÇÃO Nº 0001600-05.2006.8.17.0420 (0338629-2)**

**APELANTE:** Ivanildo José da Silva

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** Dr. Euclides Ribeiro de Moura Filho

**VOTO DO RELATOR**

Senhores Desembargadores:

Segundo consta na denúncia (fls. 02/03), no dia 02 de julho de 2006, por volta das 04h30min, na Avenida Belmiro Correia, bairro de Timbi, município de Camaragibe, o ora apelante, conduzindo o veículo marca Fiat, Ducato Multi, cor branca, ano 2004, de placa KJO-1468, nº de ordem transporte alternativo 064, e apresentando sintomas de embriaguez alcoólica, atropelou as vítimas Bruno José da Silva, João César de Lima Neto, Elis Fabíola Buarque Alves e Edson Soares de Oliveira.

Descreve a exordial acusatória que, na ocasião do atropelamento, as vítimas vinham caminhando na calçada quando, inesperadamente, foram atingidas pelo veículo dirigido pelo acusado, que vinha em velocidade excessiva, tendo o condutor se evadido do local sem prestar socorro aos feridos.

Ainda de acordo com a inicial do *Parquet*, as três primeiras vítimas acima mencionadas vieram a óbito no local, enquanto Edson Soares de Oliveira, sobreviveu, sofrendo apenas lesões. O acusado, por sua vez, foi preso em um bairro próximo ao local dos fatos, momentos depois.

Conquanto não tenha sido contestada, verifica-se que a materialidade delitiva encontra-se devidamente comprovada nos autos, conforme perícias tanatoscópicas de fls. 60, 61, 117 e 117, e laudo da perícia realizada no veículo, instruído de ilustrações fotográficas, às fls. 119/157, sem prejuízo da prova testemunhal.

A autoria é igualmente inconteste, eis que o acusado, embora tenha se reservado no direito de ficar calado perante a autoridade policial (fl. 11), em juízo, confirmou que conduzia o veículo no momento do acidente, asseverando, entretanto não ter dado causa ao sinistro. Negou a ingestão de

  
3



272

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

bebida alcoólica, assim como o excesso de velocidade, afirmando que perdeu o controle da direção do automóvel quando tentou freia-lo para não atingir as vítimas, que vinham no meio da rua. Confira-se:

**“QUE é verdadeira em parte a acusação que lhe é feita na denúncia; que de fato conduzia o veículo mencionado na denúncia no dia 02 de julho de 2006; que, no entanto, não estava embriagado; que atingiu as vítimas mencionadas na denuncia quando conduzia o veículo; que trafegava na Av. Belmiro Correia, sentido São Lourenço, dentro da velocidade permitida na via; que as vítimas estavam no meio da rua como se estivessem brincando; que a pista estava molhada; que tentou frear mas perdeu o controle do veículo; que as vitimas não foram atingidas quando estavam na calçada mas sim na via; que o veículo subiu a calçada após ter atingido as vítimas; que efetivamente evadiu-se do local dos fatos conduzindo o veículo; que não parou para socorrer as vitimas pois teve mede de ser linchado já que o fato ocorreu em frente a um bar onde havia muita gente; que não sofreu lesões sérias em razão do acidente; que o fato narrado na denúncia ocorreu por volta das 5:00 horas da manhã; que as 3:30 horas, antes do acidente ele depoente foi até a gruta na praça de eventos no intuito de fazer lotação; que foi contratado por um grupo para ser levado até o Lot. João Paulo; que no percurso ocorreu o acidente; que estavam no veículo mais dez passageiros; que não conhecia os passageiros; que ao atingir as vítimas os passageiros permaneceram dentro do veículo; que parou um pouco mais adiante do local do acidente oportunidade na qual os passageiros desceram do veículo; que não havia ingerido bebida alcoólica no dia do acidente; que não confirma que tinha bebido quatro cervejas conforme consta no auto de fls.07; que foi até a festa para trabalhar e não ingeriu bebida alcoólica; que no momento da colisão percebeu que havia atingido quatro pessoas; que tomou conhecimento na delegacia de policia de que as três primeiras vitimas mencionadas na denúncia haviam falecido; que trabalha no transporte alternativo aqui neste município há aproximadamente quatro anos; que nunca se envolveu em**

  
4



273

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

acidente de veículo anteriormente; **que no dia do fato narrado na denúncia a pista estava molhada, pois havia chovido; que foi preso ao parar mais adiante do local do acidente; [...] QUE ao atingir as vítimas, o veículo subiu no meio fio; que retirou o veículo do meio fio com os passageiros dentro do veículo e continuou conduzindo o mesmo até que, como não tinha mais condições de trafegar no veículo, jogou-o novamente no meio fio para para-lo, oportunidade na qual foi preso; que não caiu num matagal.**" (fls. 76/77). Destaquei.

Nada obstante, a versão apresentada pelo acusado foi rechaçada pela prova testemunhal colhida durante a instrução criminal, como se extrai dos seguintes depoimentos:

**"[...] que o acusado aparentava sinais de embriaguez; que quando chegou ao local onde o acusado foi preso, este informou que estava sendo perseguido por motos taxistas, tendo perdido o controle de seu veículo que ficou à beira de uma ribanceira; que a versão contada pelo acusado quando estava sendo conduzido na viatura e de que um veículo teria vindo em sentido contrário, razão pela qual teria atropelado as vítimas; que o acusado disse não ter socorrido as vitima por medo da reação de populares; que segundo lhe foi informado o acidente ocorreu entre quatro e meia e cinco horas da manhã; que na hora em que passou pelo local do acidente já eram dez para seis da manhã; que volta de seis e vinte da manhã é que foi informado que o acusado fora preso; que o comentário no local do acidente, feito por populares que já se encontram em grande numero naquele momento, era de que o acusado teria vindo em alta velocidade e atropelado as vítimas; que não sabe informar se as vítimas estavam tentando atravessar a avenida ou se foram atingidas na própria calçada em que se encontravam; que o acusado se negou a realizar o exame para constatar eventual embriaguez no IML; que a delegada plantonista havia determinado a realização do exame, porém quando chegaram ao IML o acusado se negou a realizar o exame; que o acusado perguntou ao médico se**

  
5



274

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

era obrigado a fazer o exame e diante da negativa, negou-se a fazê-lo. [...] QUE os corpos das três vítimas que ainda se encontram no local, se encontram em cima da calçada; que na calçada além da massa cefálica havia manchas de sangue; que a disposição em que se encontram os corpos das vítimas próximas ao bar indicavam que haviam sido arremessadas com o impacto, pois estavam numa calçada própria do bar, que fica acima da calçada da rua, como se fosse um degrau; [...] que o acusado disse que o veículo que veio em sentido contrário ao seu seria um gol branco, cuja placa não sabia precisar, sendo este o veículo que ocasionou o acidente; que o acusado disse que para se livrar do veículo atingiu as vítimas; que o acusado não mencionou em que local as vítimas estavam no momento do acidente; [...] que o acusado estava com hálito de quem havia ingerido bebida alcoólica e não dizia coisa com coisa, mas não estava cambaleando; [...]”. Destaquei

*Ivan da Silva Oliveira*, policial militar, às fls. 97/98

“QUE estava voltando da praça de eventos juntamente com seu colega Cleyton Wellington; que estava vindo na calçada próximo ao INSS e a sua frente vinham dois rapazes e uma moça, os quais também estavam na calçada; que estava conversando com seu amigo e vizinho Cleyton Wellington quando de repente sua vista escureceu e não viu mais nada; que foi atingido por trás; que não viu mais ninguém além desses dois rapazes e dessa moça que estava a sua frente; que foi socorrido para o hospital e somente lá recobrou os sentidos; que seu vizinho Cleyton Wellington o acompanhou até o hospital; que Cleyton Wellington lhe contou que quando o veículo lhe atingiu por trás, houve um barulho de aceleração no motor e por isso a pancada foi maior nas vítimas que estavam a sua frente; que Cleyton Wellington lhe contou que o motorista do veículo foi embora depois de atropelar as vítimas, sem prestar qualquer socorro; que segundo Cleyton Wellington lhe disse o motorista não chegou sequer a parar o carro; que moto taxistas que estavam passando pelo local auxiliaram Cleyton Wellington a pedir



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

---

ajuda ao SAMU; que não escutou qualquer barulho de buzina ou de freada antes do impacto; [...] Que não estava chovendo no dia do acidente; que não viu qualquer gol branco no local do acidente vindo em sentido contrário; que o movimento de carro estava pequeno na avenida; que não choveu na madrugada do acidente; que o asfalto da pista estava ceco; [...]”. Destaquei.

*Edson Soares de Oliveira*, vítima sobrevivente, às fls. 98/99

“QUE estava vindo de uma festa junto com seus primos Bruno e João César; que quando estava na calçada do INSS, que é larga, escutou um barulho de um veículo subindo a calçada; que o veículo não buzinou nem freou ; que quando olhou para trás viu o veículo ducato vindo em sua direção oportunidade em que atingiu seu primo que estava de seu lado; que o veículo atingiu ainda a vítima Edson, que não conhecia e mais uma moça e um rapaz que estavam à frente de Edson; que o movimento da avenida estava livre; que era de madrugada; que não havia movimento na avenida; que não viu gol algum no local do fato; que o motorista da ducato não parou para socorrer as vítimas; que não deu para ver quantas pessoas havia na ducato; que pelo barulho que escutou do impacto do veículo na calçada este estava vindo em velocidade; que inclusive dois pneus da ducato estouraram com a pancada; que a pancada nas vítimas foi muito forte; que quando o SAMU chegou seus primos e a moça já estavam mortos; que não sabe quem chamou o SAMU. [...] QUE na hora do acidente não estava chovendo; que a pista estava seca; que choveu pouquinho de uma hora da manhã; que todas as vítimas estavam na calçada quando foram atingidas. [...] que a calçada em que se encontravam não é alta; que com o impacto da batida todas as vítimas foram arremessadas; que seu primo João César foi arremessado contra o muro do INSS e bateu com tanta força que lá ficou um rachão; que seu primo Bruno e a moça foram arremessado para dentro de um bar, o qual inclusive fica mais elevado que a calçada.” Destaquei

*Diogo de Azevedo de Lima*, à fl. 99.



276

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

**“QUE estava no posto de gasolina que fica em frente ao local do acidente; que escutou um barulho e quando viu o veículo do acusado já estava descendo a calçada e voltando para pista; que a velocidade do veículo era grande tanto que saiu batendo em quem estava na calçada e quando desceu para pista quase que ia virando; que a pista estava sem qualquer movimento na hora do acidente; que só havia o veículo do acusado; que não havia gol algum no local do acidente; que o veículo não freou e do jeito que vinha subiu na calçada e atropelou as pessoas voltando em seguida para pista; que não percebeu nenhum moto taxista que tenha perseguido o veículo do acusado; [...] que o João César com o impacto bateu no muro do INSS e voltou para a calçada; que o outro rapaz e a moça foram parar num bar que fica mais elevado que a calçada; que quando o SAMU chegou só deu mesmo para socorrer Edson; que as outras vítimas faleceram no local; que o SAMU não demorou a chegar. [...] Que só deu para ver o motorista do veículo, não tendo percebido quantas pessoas havia dentro dele; que todas as vítimas foram atingidas na calçada; que a pista estava seca, pois não havia chovido; que o motorista também não buzinou, do jeito que vinha subiu na calçada e atropelou as vítimas; que chegou a ir na delegacia no momento em que estava sendo lavrado o flagrante e percebeu que o acusado estava alcoolizado; que o acusado estava alterado dentro da cela, chamando as pessoas para brigar; que não percebeu o acusado cambaleando. [...] Que o acusado estava nervoso dentro da cela e fazendo confusão.”**

*Valdir Sales dos Santos, às fls. 99/100*

Como se pode ver, as testemunhas arroladas pelo *Parquet* confirmaram em juízo, sob o crivo do contraditório, a versão descrita na exordial acusatória, rebatendo, por outro lado, a versão apresentada pelo acusado. Todas, sem exceção, relatam que o veículo vinha em alta velocidade, que as vítimas vinham caminhando na calçada e, ainda, que o condutor apresentava sinais de embriaguez.



277

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Ademais, conforme se observa do depoimento da testemunha Ivan da Silva Oliveira, policial militar condutor do flagrante, o acusado informalmente, enquanto era conduzido para DEPOL, apresentou uma versão completamente distinta para os policiais, afirmando que estava sendo perseguido por mototaxistas, e que o acidente teria sido causado por outro veículo que vinha no sentido contrário. Ou seja, somente em juízo surgiu a versão de que o acidente teria sido causado pelas próprias vítimas, por estarem estas na via, e não na calçada.

Doutra banda, embora o acusado tenha se negado a fazer o teste de alcoolemia, o laudo de fl. 16, assinado por médico legista, atesta a existência de *"sintomas indicativos de que o periciando ingeriu bebida alcoólica ou fez uso de substância de efeito análogo"*, não tendo sido possível atestar se a embriaguez era completa ou incompleta, em razão da recusa do mesmo a se submeter ao exame pericial.

A defesa, por sua vez, apresentou apenas uma testemunha, Luis Severino da Silva, de cujo depoimento se extrai o seguinte (fls. 162/163):

**"QUE presenciou os fatos narrados na denúncia; que no dia dos fatos estava voltando de uma festa no sentido cidade subúrbio, no veículo dirigido pelo acusado; [...] que o acusado estava fazendo lotação, pegando pessoas da festa, num ponto na frente da fábrica; que tinha muita gente saindo da festa; que o acidente ocorreu na frente do INSS; que o carro veio cheio do local da festa, mas na hora do acidente só havia o depoente, mais dois passageiros e o motorista; que o acusado disse ao depoente que tinha vindo de casa e era a primeira viagem do dia; que não havia nenhuma pessoa ajudando o acusado no veículo; que o acusado ainda iria pegar o cobrador no terminal de João Paulo II; [...] que estava sentado no banco do passageiro ao lado do motorista; que o acusado não aparentava ter bebido; que nunca viu o acusado beber; que o acusado comia todo dia na casa do ora depoente, fazendo as refeições do café da manhã e almoço e as vezes jantava lá também; que o acusado era uma espécie de líder dos kombeiros; que o acidente ocorreu entre quatro e quatro e meia da manhã; que havia um grupo de pessoas, cuja quantidade não sabe**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

---

descrever, caminhando próximo ao meio fio, pro lado da pista; que não sabe se o acusado buzinou para as pessoas saírem da frente; que o acusado puxou o veículo para o lado esquerdo da pista foi quando vinha um veículo, que o depoente não sabe identificar qual era e o acusado perdeu o controle do carro e atropelou um outro grupo de pessoas que não estavam em cima da calçada e sim na pista; que o acusado não chegou a subir a calçada; que o acusado não parou para socorrer as vítimas, pois tinha medo de ser linchado pelos populares que estavam no local; que quando o acusado parou o veículo, nas proximidades da linha do trem, o ora depoente desceu do veículo e foi embora; que por volta das onze horas da manhã ficou sabendo o que aconteceu com as vítimas; que não procurou comunicar o fato às autoridades, pois também estava com medo; que soube que morreram três pessoas por conta do acidente. [...] que por volta de duas e meia da manhã deu uma chuvada relativamente forte; que a pista estava molhada, mas não muito na hora do acidente; que o acusado vinha numa velocidade de cerca de sessenta quilometro por hora. [...] que estava um pouco alcoolizado na hora do acidente, mas não estava bêbado; que na hora do acidente só vinha um veículo; que não lembra a cor do carro; que não se lembra de um dos pneus do veículo ter estourado; que não teve ideia de chamar o SAMU, pois estava muito nervoso; que não se lembra de o acusado ter freado o veículo; que um pouco depois do acidente passou uma mototaxi na pista contrária; que a pancada do acidente foi grande; que na hora do acidente nem olhou para as vítimas; que reitera o que já disse no sentido de que o veículo não subiu a calçada; [...] que só lembra dos dois grupos de adolescentes na hora do acidente; que não sabe se existe algum bar próximo ao local do acidente.” Destaquei.

O depoimento da referida testemunha, contudo, não se mostra suficiente para elidir os demais elementos de prova que pesam em desfavor do apelante, notadamente porque contradiz com a própria versão apresentada pelo acusado, em diversos pontos.



279

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

Decerto, o ora apelante disse que no momento do acidente havia no veículo *"mais de dez passageiros"*, enquanto a mencionada testemunha afirmou que só estavam ele e mais duas pessoas; o acusado disse que perdeu o controle do veículo ao tentar freia-lo, já a testemunha afirmou que o acusado perdeu o controle porque, ao puxar o veículo para o outro lado da pista, vinha outro automóvel em sentido contrário; ainda, embora o próprio acusado tenha confirmado que o veículo invadiu a calçada, a testemunha foi enfática ao afirmar e reiterar que *"o veículo não subiu a calçada"*, numa manifesta tentativa de proteger o apelante.

Tais circunstâncias, sem dúvida, põem em cheque a credibilidade do depoimento prestado pela única testemunha arrolada pela defesa, razão pela qual, conforme asseverou a Juíza sentenciante *"não tem o condão de afastar a acusação imputada ao acusado"* (fl. 221v)

Com relação aos documentos de fls. 107/112, diferente do que alega a defesa não comprovam eventual impossibilidade de ter o réu ingerido bebida alcoólica no dia do fato, por estar supostamente em tratamento médico com uso de antibióticos.

O documento de fl. 111 atesta que o paciente foi submetido à cirurgia no dia 06.06.06, recebendo alta em 07.06.06, ou seja, quase um mês antes do fato. Já atestado de fl. 108, autorizou o afastamento do réu do trabalho por 15 (quinze) dias, a partir do dia 06.06.06, portanto, no dia do sinistro, já havia voltado às suas funções laborais, tanto que estava fazendo transporte de passageiros no momento do fato. Por último, a receita de fl. 109 não está datada, enquanto que a de fl. 110, datada de 07.06.06, prescreve uso de antibiótico – cefalexina - durante 07 (sete) dias, concluindo-se que tal tratamento, em 02.07.06 – data do fato, já havia se encerrado.

Definitivamente, referidos documentos não comprovam a alegada impossibilidade de ter o réu ingerido bebida alcoólica no dia do fato apurado nos presentes autos.

Quanto ao excesso de velocidade, também não se sustenta a alegação defensiva de que a perícia realizada no veículo rechaça a prova testemunhal.



280

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

Segundo consta no laudo pericial de fl. 120/128, no dia do fato, o veículo *“alcançou a velocidade máxima de 83 km/h às 04:50 horas, voltando para a velocidade de 53 km/h aproximadamente às 04:55 horas, sugerindo no nosso entendimento, o momento da primeira ocorrência de trânsito com as vítimas, em seguida trafegou por mais 01 a 02 minutos aproximadamente, a uma velocidade aproximada de 18 km/h, onde permaneceu em repouso definitivo”*.

Portanto, os peritos apenas sugerem que no momento do atropelamento o veículo estava a 53 km/h, porém, tal informação, por si só, não afasta o excesso de velocidade apontado na prova testemunhal.

Por certo, o laudo em questão não pode ser visto de forma isolada, principalmente no que diz respeito ao suposto momento do atropelamento, até porque, minutos antes o veículo atingiu velocidade superior a 80km/h, quando, em se tratando de vias urbanas, o máximo seria 60 km/h. Portanto, o condutor trafegava sim em velocidade excessiva.

Além disso, o próprio acusado disse ter tentado frear o veículo. Desse modo, ao acionar os freios certamente houve a desaceleração do automóvel, o qual, ainda assim, atingiu às vítimas supostamente a uma velocidade superior a 50 km/h. Se o veículo estivesse a uma velocidade de 53 km/h, como afirma a defesa, o atropelamento teria se dado a uma velocidade muito inferior a esta, pois haverá sempre uma significativa diferença de velocidade entre o momento em que o condutor aciona os freios e aquele em que o veículo para, ainda que entre estes decorram apenas frações de segundos.

Logo, longe de contradizer, na verdade o laudo pericial em questão apenas complementa a prova testemunhal quanto ao excesso de velocidade, circunstância que, aliada aos aparentes sintomas de embriaguez, evidenciam ter o acusado agido de forma imprudente na condução do veículo automotor.

Assim, não há falar em insuficiência probatória. Ao contrário a culpa do apelante, na modalidade imprudência, encontra-se incontroversa nos autos, pois, agindo sem o devido dever de cuidado objetivo, conduzia o veículo em velocidade excessiva e sob a influência de álcool, dando causa ao sinistro que culminou com a morte de três quatro das vítimas atingidas.



281

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

---

Do mesmo modo, restou incontroverso que o atropelamento deu-se na calçada, que o condutor não prestou socorro às vítimas, assim como que o acusado estava no exercício de sua profissão de motorista de transporte alternativo no momento do fato, razão pela qual **a manutenção da condenação do mesmo nas penas do art. 302, parágrafo único, incisos II, III e IV, do Código de Trânsito Brasileiro<sup>2</sup> é medida de rigor.**

Igualmente, não há como acolher o pleito defensivo que visa a excluir da condenação à sanção cumulativa de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor.

Decerto o mencionado art. 302 do CTB, afora a pena privativa de liberdade, impõe ainda, expressamente, como punição cumulativa, a suspensão do direito de dirigir veículo automotor para o motorista condenado. Portanto, trata-se de determinação legal, pelo que não pode o juiz sentenciante deixar de aplicá-la.

O fato de o apelante ser motorista profissional não afasta a incidência da pena; ao contrário, o fato de ser apelante motorista profissional, que transporta constantemente pessoas, revela ainda mais necessidade de tal medida, cuja finalidade é educar e desestimular a prática de condutas imprudentes no trânsito.

Inadmissível é, portanto, a pretendida exclusão da pena cumulativa por se tratar de expressa determinação legal.

Porém, embora não tenha sido questionado pela defesa, é sabido que o prazo da pena cumulativa deve guardar proporcionalidade com a pena

---

<sup>2</sup> Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:

Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de um terço à metade, se o agente:

[...]

II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada;

III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente;

IV - no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.



282

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

privativa de liberdade, observados os limites fixados no art. 293, caput, do CTB, que assim dispõe:

Art. 293. A penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação, para dirigir veículo automotor, tem a duração de dois meses a cinco anos.

*In casu*, a Magistrada de piso determinou a suspensão da habilitação do condenado pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade, que foi de 07 (sete) anos, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de detenção, não observando, portanto, o que determina o supramencionado dispositivo legal.

Por esta razão, de ofício, impõe-se o redimensionamento da pena restritiva de direitos cumulativa prevista no art. 302 do CTB.

Assim, considerando a valoração das circunstâncias do art. 59 do Código Penal, que não foi totalmente favorável ao apelante, notadamente em razão das circunstâncias do delito, por estar o acusado sob efeito de álcool e dirigindo em velocidade excessiva; considerando a existência de três causas de aumento que incidiram sobre a pena privativa de liberdade; e, ainda, considerando o número de vítimas (concurso formal), **redimensiono o prazo da pena de suspensão do direito de dirigir veículo automotor para 03 (três) anos**, por entender ser este um prazo justo e proporcional ao caso concreto.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso defensivo, porém, **de ofício, redimensiono o prazo da pena cumulativa de suspensão do direito de dirigir veículo automotor para 03 (três) anos**, mantendo, no mais, a sentença vergastada.

É como voto.

Recife, 24 de Junho de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator